

necessidade da liberdade do trabalho intelectual não alienado, sem o que a feição do produto positiva a consciência, empobrecendo-a e, com isso, produzindo e reproduzindo a idéia pobre e a realidade pobre que fundamenta essa idéia.

Referências bibliográficas

- Althusser, L. *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Rio, Zahar 1967.
 Anderson J. *Ideologia em Geografia: uma Introdução*. Seleção de Textos 3. S. Paulo, A.G.B. 1977.
 Azevedo, A. (direção de). *Brasil, a Terra e o Homem*. Vol. I e II S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968-1970.
 Hartshorne, R. *Propósitos e Natureza da Geografia*. S. Paulo, HUCITEC-EDUSP, 1978.
 Harvey, D. *Social Justice and the City*. Londres, Edward Arnold, 1976. IBGE. *Geografia do Brasil*. Vol. 1-V. Rio, Centro de Serviços Gráficos, 1977.
 Lacoste, Y. *A Geografia Serve Antes de Mais Nada para Fazer a Guerra*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
 Lambert, J. *Os Dois Brasis*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.
 Lukács, G. *Prolegômenos a uma estética marxista*. Barcelona, Grijalbo, 1969.
 Monbeig, P. *O Brasil*, S. Paulo, DIFEL, 1969.
 Reclus, R. *L'homme et la terre*, em Claval, P. *Evolución de la geografia humana*. Barcelona, Oikos-Tau, 1905-1908.
 Santos M. *Por uma Geografia Nova*. S. Paulo, HUCITEC-EDUSP, 1978.
 Silva, A. C. da. *O Espaço Fora do Lugar*. S. Paulo, HUCITEC, 1978.
 Silva, A. C. da. *Cinco Paralelos e Um Meridiano* (Ensaio de Geografia Teórica). Original inédito. São Paulo, 1979.

6. A GEOGRAFIA ESTÁ EM CRISE. VIVA A GEOGRAFIA!*

Carlos Walter Porto Gonçalves

Muita tinta se tem gasto para discutir o que seria uma geografia científica. Esta busca de cientificidade é, até certo ponto, um esforço de legitimação do intelectual perante a sociedade como um todo. O ritual que envolve o trabalho intelectual tem, portanto, um caráter de busca de legitimidade que dá ao exercício do pensar o real uma dinâmica específica.

Today, a produção de conhecimento não se dá fora de um contexto histórico-social, onde uma série de linhas de forças se entrecrocavam na realidade; relações de forças essas das quais o trabalho intelectual tem que dar conta. Através dessas observações, queremos deixar claro que a ambicionada cientificidade, que é o modo específico de legitimação do trabalho intelectual, é relativa na própria medida em que o real é um movimento que se faz através de contradições que, por sua vez, atravessam a própria prática do intelectual.

Qualquer esforço no sentido de desvendar a natureza da crise de um determinado segmento do espaço do saber deve, portanto, partir da premissa de que o trabalho intelectual, embora possuindo uma dinâmica específica, sofre influência do próprio contexto histórico que constitui a materialidade do trabalho científico.

* Comunicação apresentada no 3.º Encontro Nacional de Geógrafos, julho de 1978, originalmente publicada no *Boletim Paulista de Geografia* 55, novembro de 1978.

Neste ensaio, o que pretendemos fazer é exatamente lançar ao debate algumas idéias acerca de natureza da crise da geografia, tomando por base a prática dos geógrafos pensada historicamente.

A CRISE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA CRISE

Neste momento se discutem os impasses gerados pelo próprio projeto da geografia enquanto um segmento do saber científico capaz de dar conta, compreender e explicar, enfim, os problemas concretos que se inscrevem no espaço geográfico em que vivemos: poluição; “desequilíbrio” — desigualdades regionais e sociais; as guerras de independência-conquista neocoloniais; redução do espaço geográfico sob o controle do capitalismo imperialista-expansão do socialismo, etc. São essas algumas das evidências de uma crise que se materializa em espaços definidos e para a qual os geógrafos teriam que dar a sua resposta — *Uma Geografia da Crise*. Na medida em que hesitam, não reformulando uma base teórica de há muito envelhecida e não assumem, portanto, uma posição crítica, os geógrafos, em geral, deixam de lado a geografia da crise e são levados de roldão pela *crise da geografia*. E isto porque os fatos são teimosos e estão aí a exigir de nós uma compreensão que possa efetivamente nortear uma prática que leve à superação desses problemas. Se as teorias dos geógrafos não explicam e não compreendem os fatos, pior para as teorias!

Não pretendemos com essas afirmações demonstrar a inutilidade da geografia. Apenas alertamos para o fato de que essa alienação da maioria dos geógrafos tem ocorrido exatamente num momento em que cada vez mais se acentuam as referências ao espaço, em que este é discutido e divulgado, exigindo de nós um posicionamento. Está em questão a cientificidade da geografia e algumas colocações têm de ser feitas para que seja legítima a própria existência da geografia enquanto um segmento da divisão do trabalho científico. E o problema que nos parece ser o crucial diz respeito à definição do solo teórico da geografia, à determinação do seu objeto científico.

Embora não pretendamos esgotar o tema, devemos reconhecer que o que temos apresentado à sociedade em que vivemos não tem sido capaz de levá-la à superação dos seus problemas espaciais e que, de certa forma, temos sido os mistificadores dos reais processos

que governam a organização do espaço, fetichismo este que sob diversas capas tem escondido o caráter histórico do espaço.

AS DIVERSAS “VISÕES” DA GEOGRAFIA OU A GEOGRAFIA DE ANTOLHOS

Os geógrafos elaboraram, desde o século passado, uma série de modos de abordar a realidade, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, que passaram a denominar de “visões” ou “perspectivas” da geografia:

“...A *visão espacial* será expressa como um estudo de organização espacial, proporcionando, desse modo, uma implicação de antropocentrismo; uma visão que pode ser, por outro lado, levada ao ponto de pura geometria. A *visão homem-terra* ou *ecológica* como que enfatizando as relações entre o homem e o seu meio ambiente natural ou biológico. A terceira visão será expressa de várias maneiras: *estudo de área*, *estudo regional*, *inter-relações de área*, *corologia* ou *diferenciação de área*. Será referida também como sendo uma *visão integrativa*, uma vez que sua característica definitiva é a sintetização de alcance relativamente amplo. Existe, obviamente, tanto superposição quanto separação nestes três pontos de vista” (TAAFFE, 1975:6).

O que observamos nos diversos trabalhos que procuraram fazer uma história da geografia é que essas “visões” sempre existiram, sendo que, em determinados momentos, uma teria predominado sobre as demais. Neste eixo de abordagem são destacadas três fases:

1ª) A “visão homem-terra” ou “ecológica” que teria sido predominante até a década de 30, caracterizando bem esse período a abordagem determinista de Sumner e Huntington, num primeiro momento, e a “visão ecológica” da Escola de Chicago e o estudo de “gênero de vida” de La Blanche, num segundo momento.

2ª) A “visão regional” ou “estudo de área” que firmaria posição a partir do clássico trabalho de R. Hartshorne: *The Nature of Geography* (1939), estendendo-se até a primeira metade da década de 50.

3^a) A "visão espacial" que começa a se firmar a partir do libelo anti-hartshorneano de Schaeffer (1953) e dos escritos de Ullman e que viria a se consolidar na década de 60 com os escritos de Berry e de Harvey, para ficarmos somente com os exemplos dos norte-americanos e ingleses (TAARFFE, 1975).

Creemos não haver entre os geógrafos nenhuma polémica de fundo relativa a esta periodização. O problema mais grave que vemos na historiografia da geografia é a tradição historicista, evolucionista, que pouco ou nada nos esclarece sobre o problema do desenvolvimento e da natureza das crises do pensamento geográfico. O fato é que ao se limitar a dispor através do tempo a predominância de uma "visão" sobre as demais, num determinado momento, pouco nos permite extrair acerca da natureza das mudanças que, por exemplo, se deram nas décadas de 30 e de 50. Ou seja, a concepção comum entre aqueles que se propõem a analisar a evolução do pensamento geográfico é a do caráter de continuidade da história, o que, exatamente por isso, não abre espaço para pensar e analisar as rupturas, as mudanças, as revoluções e contra-revoluções.

Ora, que tipo de problemas se apresentaram às "visões" hegemônicas nas décadas de 30 e de 50, levando a essas mudanças de hegemonia? Eis aqui a pergunta fundamental que se coloca se quisermos pensar a natureza das crises da geografia e para refletirmos sobre novos horizontes teórico-metodológicos, pois se não *percebemos a natureza da crise que ora atravessamos, produziremos uma nova "visão" que correrá o risco de exercer uma nova hegemonia não pelos problemas que efetivamente coloca, mas porque simplesmente será nova e produzirá novos modismos e novos papas muito bem instalados nos altares das academias e instituições oficiais.*

Ao mergulharmos na natureza das crises através das quais a geografia tem caminhado, não podemos, como tem acontecido com a maior parte dos nossos historiadores, deter-nos no plano das idéias (teorias) para explicar a sua própria evolução. O que temos visto entre esses autores é uma concepção teleológica da história do pensamento geográfico. Para nós, não é centrando a atenção simplesmente na cronologia que poderemos dar conta da natureza das crises, mas, ao contrário, ou seja, procurando compreender esses momentos cinzentos em que se realiza a passagem de hegemonia de uma "visão" a outra, como, por exemplo, as décadas de 30 e 50, através da interpretação dos problemas que se apresentaram às "visões" até então predominantes.

Como afirmamos no início deste ensaio, a produção científica, em que pese a sua especificidade, não pode ser pensada fora do contexto histórico em que foi elaborada. Por mais que queiramos expressar ou colocar o discurso científico como uma "visão" neutra e acima de qualquer outro discurso, ele se inscreve naquilo que Marx chamou de superestrutura. O discurso científico é uma aproximação do real efetivada por indivíduos inscritos em relações sociais, que, no caso da sociedade de classes, é de onde emanam os antagonismos através dos quais a história se move.

Com o advento do capitalismo, a atividade científica adquire um significado muito particular, dada a própria natureza deste modo de produção que é a de transformar tudo em mercadoria. Neste sentido, a própria força de trabalho é transformada em mercadoria, incluindo-se aí a força de trabalho do cientista desprovido de meios próprios de produção. Uma série de limitações daí decorrem com relação à produção do saber, limitações essas que apresentarão variações de grau, segundo a correlação de forças em presença numa determinada formação social capitalista¹.

A partir da crescente concentração dos meios de produção do conhecimento nas mãos de algumas poucas corporações e do Estado, a tendência que observamos se faz no sentido da monopolização do saber. Não é fortuito que a tecnocracia se afirme cada vez mais e uma nova ideologia se consolide: o cientificismo. Isto porque sendo a acumulação de capital, baseada na extração de mais-valia, o motor propulsor do modo capitalista de produção, tem este a necessidade de estar munido dos conhecimentos que lhe permitam uma forma superior de extrair valor excedente, qual seja, a mais-valia relativa.

A ciência adquire com o capitalismo os foros que possuía a ideologia religiosa sob o feudalismo, não sendo fortuito, aliás, o fato de chamarmos os grandes sábios da matemática, da física, da história ou da geografia de "papas". São os "papas" de um novo tempo, de um modo de produção que laicizou o saber, porém, para protegê-los construiu novos "templos" que são as novas academias de ensino e pesquisa. Este "novo" intelectual se constitui numa

1. Não pretendemos aqui discutir as limitações que se colocam à atividade científica em outras formações sociais, principalmente naquelas onde predomina o modo de produção socialista, pois acreditamos que nesses casos tais limitações decorrem de problemas de outra ordem, cuja discussão escapa às propostas do presente trabalho.

corria de transmissão entre a superestrutura e a infra-estrutura, procurando compreendê-la melhor para reproduzir a própria estrutura que o produziu. Antonio Gramsci nos fornece a exata medida dessa situação ao dizer que

“Qualquer Estado tem um conteúdo ético, na medida em que uma de suas funções consiste em elevar a grande massa da população a um certo nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde à necessidade de desenvolver as forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. Neste campo, a escola (...) e os tribunais (...) são setores da atividade estatal essenciais: Mas, de fato, há uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades ditas privadas que tendem no mesmo sentido e que compõem o aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes” (Macciocchi, 1977:150)².

Deste modo, estamos procurando evidenciar o caráter histórico da produção intelectual que se pretende científica e, obviamente, chamando a atenção para o fato de as “corporações geográficas”, tal e qual nos fala Armen Mamigonian³, constituírem-se em aparelhos ideológicos, conforme procuraremos aprofundar mais adiante.

Jacques Rancière em *Sobre a Teoria da Ideologia* nos diz que “o saber só tem existência institucional enquanto instrumento de dominação de uma classe”. Isto nos permite entender o porquê da “ausência” de certas “visões” na trajetória do pensamento geográfico acadêmico, um saber que, como nos diz Yves Lacoste, “serve antes de mais nada para fazer a guerra” (Lacoste 1977).

Por outro lado, é preciso deixar claro que não se trata, como gostam de fazer os mistificadores cientificistas, de propor uma distinção radical entre ciência e ideologia. Também não se pretende operar com uma distinção muito cara aos stalinistas entre ciência burguesa e ciência proletária. Trata-se, isto sim, de deixar bem evidente o caráter de apropriação de classes do saber, do caráter de classe que atravessa a sua divulgação por meio das instituições que, como vimos, “compõem o aparelho de hegemonia política e

cultural das classes dominantes”. Esta colocação deve servir, ainda, de alerta face a um certo tipo de marxismo “domesticado”, despolitizado, que começa a grassar nos meios acadêmicos da geografia.

Essas observações, em suma, pretendem enfatizar que a produção do saber não pode ser compreendida sem pensarmos a totalidade social no qual está inserida. E é tendo sempre em mente essas considerações que nos propomos a analisar as crises de hegemonia através das quais se tem movido o pensamento geográfico.

Antecipando um pouco o eixo de nossa análise, avançamos a concepção de que tais crises de hegemonia não constituem somente crises teóricas e metodológicas de uma determinada “visão” da geografia, mas sim crises que estariam subjacentes a essas questões: para o que uma abordagem epistemológica se faz necessária. Em outras palavras, sustentamos que as crises de hegemonia são provenientes da não-resposta de uma dada “visão” a uma realidade historicamente determinada e, portanto, não satisfatoriamente explicada, segundo as necessidades daqueles que controlam as instituições. A “nova visão” que substitui a anterior somente será válida, igualmente, enquanto atender aos interesses dos que a tornaram hegemônica, garantindo para ela um lugar acadêmico e o status de “científica”. Como acentuaram Marx e Engels:

“Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material, dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes, concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio” (Marx & Engels 1976).

A “VISÃO HOMEM-MEIO” OU “ECOLÓGICA”

A geografia surge como saber institucional, como cátedra universitária, quando da consolidação da burguesia e, conseqüente-

2. Os grifos são nossos.

3. Ver o interessante trabalho de Armen Mamigonian — *Notas sobre a Geografia Urbana Brasileira*, apresentado no 3.º Encontro Nacional de Geógrafos e publicado nas *Sessões Dirigidas* no referido conclave.

mente, do capitalismo. Influenciada, de um lado, pelo extraordinário avanço das ciências naturais no século XIX e, por outro lado, pelo caráter expansionista do capital, ela se afirma cada vez mais à medida que o capital conquista o mundo. Geografia colonial é uma expressão que define bem o contexto em que surge a geografia "científica".

Uma concepção filosófica, ao mesmo tempo bela e ambiciosa, cunhada nesses primórdios da geografia moderna é a da unidade existente entre o homem e a natureza. A abordagem de tal unidade tornar-se-á um desafio constante em toda a história da geografia. A totalidade homem-natureza será preocupação central da chamada "visão homem-meio" que se afirma através do determinismo geográfico; uma abordagem que caracteriza bem o final do século XIX.

Em tal abordagem, as diferentes formas de organização do espaço, suas desigualdades, eram pensadas de modo a-histórico, como resultado de condições ambientais, climáticas, sobretudo. Como sói acontecer com a ideologia dominante, "naturalizava" os problemas, pondo-os para fora da história. As explicações para os fenômenos eram sempre de ordem climática ou biológica (o racismo é filho direto desta concepção).

Não é por acaso que, nesse quadro, duas "escolas nacionais" se destacassem: a norte-americana e a alemã, nações que se afirmam enquanto potências capitalistas ao apagar das luzes do século XIX, quando o caráter monopolista do capitalismo já se manifestava.

F. Ratzel, E. Semple e Huntington são os grandes expoentes do determinismo geográfico. É a época em que não faltam financiamentos das "associações geográficas" para viagens de levantamento dos "recursos naturais e humanos" da geografia colonial.

Poucos são os estudiosos que ousam nos dias atuais refutar a íntima ligação entre o imperialismo e o determinismo geográfico que, embora historicamente mais antigo que o imperialismo, se ajustou como uma luva aos fins expansionistas do capitalismo monopolista-financeiro.

Evidentemente nem todos os geógrafos do período se comprometeram com o imperialismo, honrosas exceções podem ser ressaltadas, como no caso de E. Reclus, que em suas obras apresentava uma visão radicalmente diversa, segundo nos informa Yves Lacoste.

Talvez por isso suas idéias não tenham atravessado o Atlântico, "defendido" que estava o Novo Mundo pela Estátua da Liberdade, dificultando a penetração em território americano das idéias libertárias daquele anarquista francês. Reclus permaneceu um descolado, ele que já sentia a importância de pensar as relações entre os centros urbano-industriais e o campo, abrindo caminho à compreensão dos fluxos espaciais de mercadorias, de onde e como a riqueza se acumulava e da conseqüente unidade na diversidade do espaço. Não queremos dizer que essas questões estivessem claramente explicitadas nas obras de Reclus, mas simplesmente afirmar que, segundo nos atesta Lacoste, a sua preocupação com as relações cidade-campo permite perceber o movimento da riqueza no espaço. O "esquecimento" de E. Reclus mais uma vez evidencia que as instituições burguesas sabem selecionar dentre os cientistas aqueles que lhes permitam desenvolver e reproduzir a sua forma de regime social.

A "REAÇÃO POSSIBILISTA"

A Escola Nacional Francesa reagirá às concepções da Escola Nacional Alemã acusando-as de deterministas. Segundo a Escola Francesa, a geografia deveria ser o saber que afirmasse o "caráter nacional". A ameaça do imperialismo alemão que, ao final do século passado, já começava a mostrar a sua força, exigia uma formulação de idéias que justificasse os países com tradição colonial. Eis, assim, que na França surge uma "nova concepção" das relações homem-meio — o conhecimento dos "gêneros de vida" começa a ganhar expressão e Vidal de La Blache se torna o grande geógrafo francês: Cada comunidade ou agrupamento humano teria forjado todo um "gênero de vida", toda uma cultura a partir de uma experiência que teria travado com uma fração específica da crosta terrestre sobre a qual, por diversas razões, ter-lhe-ia cabido habitar. Através dessa abordagem abrir-se-ia espaço para pensar as possibilidades de superação das imposições do "meio geográfico". Surgiu, assim, um novo "paradigma" da geografia. Manuel Correia de Andrade nos dá uma bela caracterização desta "Escola Francesa" de Vidal de La Blache ao dizer que ele

"... realizou uma série de estudos regionais, de análises que poderíamos chamar de microgeográficas, onde pro-

curou demonstrar que o meio exercia influência sobre o homem, mas que o homem tinha possibilidades de modificar e de melhorar o meio, dando origem ao possibilismo. Possibilismo que seria útil ao governo francês, não só por melhor conhecer e orientar a política de utilização dos recursos naturais do espaço francês, como também tornar desnecessário o desenvolvimento de uma teoria radical como a da superioridade da raça branca sobre os nativos da Ásia e da África, de vez que o domínio colonial francês estava, nestes continentes, em fase de consolidação. A França deglútia, no início do século XX, o segundo império da superfície da terra, necessitando, naturalmente, de confundir a política colonial com os interesses humanitários de levar a civilização a povos incultos e capazes de ser educados e absorvidos pela civilização ocidental, em vez de pregar uma política de extermínio ou de conquista de povos ditos inferiores" (Andrade 1977).

O que o possibilismo não conseguiu demonstrar é por que certos lugares tiveram "possibilidades" maiores que outros. Ou que fatores teriam possibilitado a alguns países, ou regiões, ou lugares, superar as imposições do "meio". O que não conseguiam ou não queriam ver é que as tais possibilidades também são determinadas. E os geógrafos, em geral, parecem temer culposamente essa expressão, porque não conseguem ver determinações a não ser naquilo que as suas sensações e percepções, historicamente produzidas pela formação acadêmica, observam no "concreto" da paisagem (o relevo, a vegetação, o clima, etc.).

O possibilismo continua postulando que o papel do geógrafo é estudar as relações homem-meio, contudo, em sua ótica, o homem é mantido como categoria genérica, não diferenciado em classes e o meio como um dado a ser explorado, ignorando-se o caráter da sua apropriação real e das relações sociais de produção.

As próprias possibilidades de superação dos problemas com que um dado agrupamento humano se depara ao se relacionar na e com a natureza são, na verdade, determinadas por circunstâncias que a cada dia e, já àquela época, mais fogem aos controles "locais". O possibilismo realmente obstaculizou a compreensão desse caráter de dominação que o imperialismo assume. Ao isolar cada comunidade para o estudo das inter-relações homem-meio, cumpria bem

o seu papel de dividir o espaço, segmentá-lo em regiões estancuizadas, deslocando assim a análise do espaço do seu real movimento. Dessa forma, foi eficiente em sua missão de preparar o terreno para a expansão do capital monopolista financeiro, para a partilha do mundo segundo os interesses imperialistas.

Nos Estados Unidos as teorias do sistema ecológico surgiam como os correspondentes das idéias desenvolvidas por La Blache na França. A escola de Carl Sauer — geografia cultural — não deixava também de ter em La Blache as suas origens intelectuais.

Podemos ver claramente que o surgimento destas novas abordagens significou uma verdadeira reação, no sentido mais amplo que este termo pode sugerir. Ao deslocar a análise não fez uma crítica radical ao que até então havia sido produzido e nesta medida se constituiu numa contra-revolução ao pôr no lugar daquilo que acreditavam ser uma falsa interpretação, uma interpretação falsa. De fato, o possibilismo não passou de um caso particular de determinismo.

O DESLOCAMENTO PARA OS EUA DO PÓLO HEGEMÔNICO DO CAPITALISMO E A NOVA RESPOSTA DA GEOGRAFIA: "A REAÇÃO REGIONAL"

A Primeira Guerra Mundial pôe a nu o real movimento da sociedade capitalista que as "visões hegemônicas da geografia ironicamente não conseguiam ver. A década de 20 assistirá a uma Europa marcada por uma profunda crise e a hegemonia imperialista se deslocando para os EUA. O fim desta década verá exposta com enorme evidência toda a engrenagem da máquina imperialista, pois a crise que eclode no coração do sistema, atingindo todas as suas peças, demonstra o caráter mundializado da sociedade criada pelo capitalismo.

Na Europa, a crise do capitalismo receberá como resposta momentânea a solução autoritária dos regimes nazi-fascistas. Nesse contexto geral de crise, surge uma obra que viria marcar profundamente o pensamento geográfico. Trata-se de *The Nature of Geography* de R. Hartshorne, publicada às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939). É interessante notar que esta obra é produzida por um observador político-militar americano em missão na Europa, para observar problemas de fronteiras na Europa Ocidental. Dada

a situação iminente de guerra, Hartshorne, impossibilitado de exercer a sua missão, dedica-se ao estudo dos clássicos da geografia europeia, particularmente a alemã, redescobrimdo Hettner. Recuperando as obras desse pensador alemão, Hartshorne, após um minucioso trabalho, põe em relevo um novo paradigma, qual seja o estudo da região como caso único, dando destaque ao que mais tarde seria chamado por Schaeffer de o "excepcionalismo na geografia".

De acordo com a visão hartshorneana, se a geografia existe porque a superfície da terra é diferenciada, caberia ao geógrafo estudar cada um desses pedaços singulares de território — as regiões. Não se buscava analisar o movimento real que produz diferenças de área, o real processo que governa a organização do espaço. Ao contrário, supunha-se que a simples observação direta da realidade nos "revelasse" todos os segredos desse caráter diferenciado, cabendo ao geógrafo estudá-los.

O estudo regional assumia, às portas da Segunda Guerra Mundial, uma enorme importância, assim como os estudos acerca de comunidades isoladas assumiram, com a investigação dos "gêneros de vida", enorme importância às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Exatamente quando os processos reais da vida do espaço demonstravam a mundialização das suas relações é que os geógrafos procuraram segmentar, dividir o espaço para "melhor estudá-lo".

De fato, cada lugar é único, pois o movimento que se dá no espaço é desigual e combinado. Cada lugar é único, pois esta é a forma como se manifesta no espaço a divisão internacional e interna do trabalho. Entretanto, este atributo de singularidade que uma determinada porção do espaço apresenta é dado por um processo que não é determinado por "fatores locais", mas sim por um modo de produção, cujas diretrizes emanam dos centros hegemônicos do capitalismo, apoiando-se em heranças de um passado mais ou menos longínquo, que produziu um espaço com determinados caracteres que a partir do colonialismo e do imperialismo é submetido a outras "finalidades" que não são aquelas derivadas das necessidades das "comunidades locais".

A "visão regional", neste sentido, não é um novo paradigma para a geografia, mas sim uma capa nova para uma postura teórica e metodológica forjada no final do século XIX e reelaborada para pensar uma realidade nova com conceitos antigos.

A EXPANSÃO SOCIALISTA, A GUERRA FRIA, O GRITO LIBERTADOR DOS POVOS E A REAÇÃO POSITIVISTA DA "VISÃO ESPACIAL"

A Segunda Guerra Mundial marcou profundamente a organização geográfica da sociedade contemporânea. A expansão do socialismo na Europa Oriental, reduzindo, conseqüentemente, os espaços sob o domínio do capitalismo imperialista; a afirmação da hegemonia norte-americana no bloco capitalista; a crise generalizada por que passava a Europa; a socialização da China em 1949, colocavam frente a frente dois projetos antagônicos de organização social e, mais do que nunca, o conhecimento do espaço adquiria uma importância central.

Observamos um recuo geográfico do espaço sob o domínio do capitalismo, o que impelia a repensar a sua organização, como forma de preservar as áreas ainda sob o seu controle. Um dos aspectos mais evidentes deste fato diz respeito à formação de mercados comuns regionais, que possam fazer com que o capital circule e se imponha mais amplamente, sem as "rugosidades", como diria Milton Santos, representadas pelas barreiras nacionais. O mesmo capitalismo que havia forjado, na sua fase de acumulação primitiva, os Estados Nacionais — do século XV ao XVIII — vê-se agora impellido a destruir as barreiras por ele mesmo criadas. A expressão "o capital não tem pátria" perde todo o seu mistério e se revela com a clareza do sol tropical.

O clamor dos povos coloniais e semicoloniais da África e da Ásia pela emancipação viria a colocar ainda mais em xeque a área de influência do sistema capitalista internacional. A necessidade de manter o controle sobre as regiões que integravam o chamado bloco capitalista, evitando a sua absorção no bloco socialista, conduziria o centro hegemônico do sistema a propor soluções do tipo criação da OTAN e do Plano Marshall que, por vias de um esforço de recuperação dos países europeus arrasados pela guerra, constitui, fundamentalmente, uma forma do capital financeiro norte-americano marcar mais profundamente as suas posições na Europa Ocidental, assegurando ali a sua hegemonia e afastando, assim, o fantasma da "ameaça comunista".

As ciências do espaço ganham dentro desse contexto, de disputa de áreas de influência entre dois sistemas rivais, uma enorme importância. Em conexão com esse quadro, a chamada "nova geografia" ou "revolução teórico-quantitativa" começa a se impor já

na década de 50. Entretanto, essa nova geografia, sem romper com os fundamentos básicos da chamada geografia tradicional, levará ao paroxismo o positivismo lógico, essência filosófica do que pretendia criticar. O pretendo atributo de "nova" conferido a esta geografia que começava a se tornar hegemônica não nos impede de constatar que esta geografia, no essencial, se mostra tão velha quanto a própria geografia institucional.

Dispondo de instrumentos técnicos de pesquisa até então desconhecidos, passaram os pseudonovos geógrafos a utilizar o computador, o que lhes abria amplas possibilidades de quantificação e exigia que tudo fosse transformado em número. O empiricismo atinge os seus estertores, o que referendava a postura tradicional da geografia. Procedimentos matemático-estatísticos serviam de suporte à crença da superação das dificuldades de análises multivariadas que constituem o complexo instrumental da geografia. O cálculo das probabilidades começa a ser considerado a forma mais "eficiente" de observar o devenir histórico e geográfico. O futuro é visto como uma projeção linear do presente, sendo que as contradições sociais que se manifestam no espaço são afastadas para se evitar a interferência de qualquer "subjetividade". Os dados falam por si mesmos ou através de modelos *a priori* tomados de empréstimo às ciências da natureza, o que lhes garantia a "cientificidade". As análises dos processos sociais são, consequentemente, pretéritas e substituídas por indicadores cuja validade é atestada pela sua quantidade e frequência, ignorando-se que a própria seleção de variáveis ou indicadores revela ou pressupõe um arcabouço teórico explícito ou implícito. A causalidade é, por conseguinte, jogada fora, para evitar-se a busca de determinantes, sendo substituída pelas análises de correlação e analogia, um dos pilares da geografia tradicional. A geografia atinga, assim, o clímax da "cientificidade", segundo os cânones do positivismo lógico...

Sem romper com os fundamentos teóricos e filosóficos da geografia tradicional, a chamada "nova geografia" não fez mais que precisar (matematicamente) as imprecisões da geografia tradicional e, assim, viria a facilitar a identificação dos seus problemas. Esta sim sua maior contribuição.

Todavia, apesar dessas implicações, ou até mesmo por elas, a "nova geografia" exercerá um papel significativo no pensamento geográfico. Gozando de enormes facilidades de autopromoção, através de revistas especializadas, realização de congressos e simpósios, ainda terá à disposição os novos e poderosos meios de comunicação

de massa que se encarregarão de abrir espaço para sua chegada triunfante aos quatro cantos da terra. As disparidades regionais passavam a ser anunciadas amplamente através de toda uma nomenclologia, sem que se desse conta do processo real — o movimento de circularidade do capital — que está subjacente e que produz as desigualdades.

Muitos investimentos passaram a ser feitos para criação de "pólos de desenvolvimento", para "difusão de inovações" atendendo aos interesses dos capitais disponíveis nos centros hegemônicos do capitalismo. A hegemonia que a chamada "visão espacial" começava a exercer, através das teorias de localidades centrais ou de outros nomes como a teoria dos pólos de desenvolvimento ou a teoria de difusão de inovações, não se deveu ao fato de ter apreendido o movimento real que governa a natureza do espaço, mas porque atendia aos novos interesses de um modo de produção incapaz historicamente de superar os problemas que criou.

Nesse sentido, pode-se dizer que a "nova geografia" não produziu um novo conhecimento, mas sim um novo desconhecimento, capaz de fazer sobreviver por mais tempo algo que a história já condenou. Portanto, trata-se de uma nova contra-revolução no pensamento geográfico, tal e qual tivemos às vésperas das duas guerras mundiais. Ao subordinar o espaço aos interesses do capital, produziu esse espaço-prisão, planejado pelos Estados que cada vez mais se tornam capitalistas.

Se, por um lado, a chamada "nova geografia" se desenvolvia amplamente nos países anglo-saxões, não podemos deixar de colocar, também, os danos trazidos aos países subordinados ao imperialismo pelos geógrafos franceses. De acordo com a "visão espacial" da geografia francesa, o estudo do subdesenvolvimento assumia um significado muito importante, sendo absorvido nos países periféricos por grande parte dos estudiosos que se pretendiam críticos. Não percebiam esses estudiosos, entre os quais muitos geógrafos, que o tema subdesenvolvimento constituía um falso problema nos marcos etnocêntricos em que era colocado e no qual o próprio problema já vinha com uma definição de modelo a ser atingido, ou seja, do que era o desenvolvimento. Este se caracterizava por elevados níveis de renda *per capita*; elevado nível de urbano-industrialização; elevado índice de alfabetização; forte grau de integração nacional, etc. Era tudo uma questão de quantidade e não de processo. Aqueles países que apresentavam tais indicadores em níveis reduzidos se atribua o prefixo *Sub*, não se questionando a raiz

que vinha depois *Desenvolvimento*. A ausência de integração nacional nos países chamados subdesenvolvidos não era vista como um produto da divisão internacional do trabalho nos marcos do sistema capitalista que se materializava em espaços nacionais e que agora, numa nova fase do capitalismo caracterizada pelo predomínio dos conglomerados, e oligopólios, com níveis organizacionais altamente sofisticados, necessitou ser rompida para que os grandes capitais "planejassem" melhor o seu passeio pelo espaço.

Os trabalhos de Yves Lacoste⁴: *Os Países Subdesenvolvidos e Geografia do Subdesenvolvimento*, constituíram, durante muito tempo, o suporte teórico dos geógrafos brasileiros que se pretendiam críticos. E a própria crise com que hoje se defronta a sociedade brasileira não se teria construído com a contribuição da ideologia desenvolvimentista que ajudamos a criar?

De fato, tanto de um lado como de outro do Atlântico Norte se forjaram "teorias" que responderam às necessidades das classes dominantes ao nível internacional e nacional, se é que é possível fazer esta distinção tão marcada numa época em que os nacionalismos, ao nível das classes dominantes, foram de há muito secundarizados.

MARCOS HISTÓRICOS, EPISTEMOLÓGICOS E TEÓRICOS PARA SE PENSAR A CRISE ATUAL DA GEOGRAFIA

Como vimos, as chamadas "visões" ecológica, regional e espacial se inscrevem em momentos históricos precisos, sendo definidas por eles, e as suas crises de hegemonia só assim podem ser percebidas. Não foi por mera coincidência que o determinismo geográfico começou a ser criticado às vésperas da Primeira Guerra Mundial, quando as disputas interimperialistas se exacerbaram, nem o fato de ter sido o possibilismo uma reação da escola francesa contra a escola alemã. Também não foi pura coincidência o fato da "visão" regional que substitui a ecológica se afirmar às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Ou, ainda, que a "visão espacial" se torne

4. Ver a esse respeito a revista *Hérodote*, onde, nos seus diversos exemplares, Yves Lacoste rompe com esta perspectiva. A 3.^a edição de seu livro *Géographie du sous-développement*, publicada pela PUF, em 1975, é, particularmente, uma autocrítica e nela o mesmo tema é tratado de modo radicalmente diferente.

hegemônica quando a "ameaça comunista ao mundo livre" (*sic*), representada pela socialização dos países do leste europeu, exigia uma "teoria" da localização a fim de alocar os capitais que o Plano Marshall dirigia ao velho continente. Se quisermos ir mais longe, as teorias locacionais, de difusão de inovações e de pólos de desenvolvimento, deveriam abrir espaço para a expansão das transacionais para a periferia do sistema capitalista, notadamente a partir da 2.^a metade da década de 50, quando o capital internacional, preocupado com a luta de libertação dos povos subordinados, se propôs a "salvar o mundo livre" do subdesenvolvimento, eliminando a miséria, "solo fértil para a inseminação de ideologias espúrias".

Entre nós, geógrafos brasileiros, a chamada "visão espacial" norte-americana começa a se tornar hegemônica a partir de 1968, deslocando por "não científica" a "visão" da organização do espaço da "Escola Francesa" de P. George e M. Rochefort. A "visão espacial" de B. Berry representou o clímax da hegemonia do imperialismo norte-americano.

Este foi o movimento geral do capitalismo internacional que impôs essas "teorias" aos geógrafos dos países da periferia, outorgando-lhes foros de cientificidade, deixando poucas opções àqueles que não quisessem abraçar tais posturas. É uma técnica muito aperfeiçoada do *marketing* impor uma determinada mercadoria, mas deixar ao ingênuo consumidor a impressão de que foi por sua livre iniciativa que a adquiriu. Assim, diversos geógrafos brasileiros, "espontaneamente", optaram por um tipo de postura teórica e metodológica de evidentes males para o povo brasileiro.

A crise que ora atravessamos não é, portanto, somente da geografia ou de uma determinada "visão" ou postura teórico-metodológica, mas se inscreve em uma crise mais geral, cujos sintomas começaram a vir à luz com a derrota norte-americana no Vietnã. Este fato deve ser retido por todos aqueles geógrafos que se propõem a uma produção científica comprometida com uma perspectiva transformadora, com um espaço que seja o da liberdade dos homens e não um espaço do capital.

Todavia, nesta empresa, faz-se necessária uma postura ao mesmo tempo teórica e epistemológica fora dos quadros ideológicos dominantes — o que não parece ter sido a principal virtude dos teóricos da chamada "visão espacial teórico-quantitativa" — ingleses e norte-americanos que, através das teorias locacionais, de clara inspiração neoclássica, pensaram o espaço sob o modo de produção capitalista como se fosse o espaço. Assim, comprometeram uma

interpretação da organização do espaço com o modo capitalista de produção. Pensaram o espaço como "coisa", como sói acontecer entre os positivistas, como um receptáculo das ações do homem e não o espaço como relação social.

É necessário que superemos os limites impostos à geografia pelo positivismo lógico. É mesmo constrangedor verificar como, sendo a geografia uma ciência que trabalha com relações de elementos de natureza heterogênea e sendo a dialética, primeiramente, uma lógica de relações, a maioria dos geógrafos tenha ignorado uma interpretação dialética da organização do espaço. Sendo ciência do concreto — como os empiricistas não cansaram de repetir — não tenham lançado mão do materialismo. Sendo ciência de totalidades especialmente constituídas, a maioria dos geógrafos não se tenha valido de materialismo dialético e de materialismo histórico.

Torna-se, portanto, mais que necessário pensar o objeto da geografia. O espaço deve ocupar o centro dos debates entre os geógrafos, porém não com as definições vagas das "visões" anteriormente expostas. Não mais com a dicotomia natureza e sociedade, pois que nenhuma sociedade está fora do espaço e o espaço do geógrafo é o espaço da sociedade, forjado, construído por ela e condição para a sua reprodução e produção do próprio espaço. Estas as pistas que acreditamos possíveis para a elucidação do nosso objeto de ciência. Para tal empreendimento de reflexão acerca do espaço alguns conceitos e categorias tornar-se-ão úteis e entre essas categorias e conceitos se inscrevem os de modo de produção e de formação social.

Isto se deve ao fato de que a relação do homem com a natureza, sua dialética de produção do espaço e da sociedade, se faz através do trabalho e este trabalho só existe socialmente, enquanto relações de produção que caracterizam um determinado modo de produção. E entendemos aqui modo de produção naquele sentido que lhe deu Marx⁵ ao dizer que

"... Na produção social de sua existência, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da so-

ciedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social."

Por outro lado, é preciso considerar que a realidade histórica não se apresenta homogênea, mas ao contrário ela se faz de modo desigual e combinado. Daí ser também de enorme importância para o geógrafo o conceito de formação social que diz respeito ao modo como concretamente se fazem essas combinações de desigualdades, onde diversos modos de produção se apresentam subme-tidos à hegemonia de um modo de produção dominante. O espaço pensado através do conceito de formação social emerge como o lugar onde a sociedade se constrói, forjando as características dos lugares.

O lugar único é assim a síntese de uma multiplicidade de determinações que não podem ser entendidas pelo lugar em si mesmo. O único é uma forma específica de materialização do universal e este, o universal, é mais do que a soma dos lugares únicos, para ficarmos com a expressão geográfica.

Os estudos geográficos dão, dessa forma, um importante passo ao investigar a organização do espaço sob a ótica do modo de produção a seu modo de realização concreto que é a formação social. E trabalhar com esse instrumental não inviabiliza os estudos regionais ou ecológicos. Assim, aqueles que desejassem continuar a fazer estudos localizados, regionais, poderiam analisar especificamente como em um determinado segmento do espaço se forja a sociedade global; que tipos de relações espaciais uma determinada região manteria com os outros segmentos sócio-espaciais; qual a situação desse determinado segmento espaço nos quadros mais

5. Em *O Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*.

ampos de uma dada formação social (situação de dominação ou de dependência); que tipo de relações homem-natureza aí se produziram num determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas que, por sua vez, dependem das relações sociais de produção.

Da mesma forma, os conceitos do materialismo histórico poderiam ser de grande valia à abordagem "ecológica" que nos últimos anos recrudescer com a crescente conscientização do problema da depredação da natureza. Pressionados por esta situação, os estudos dos ambientes e do inter-relacionamento homem-natureza começaram a exigir dos geógrafos respostas que possam dar conta desses fenômenos. Todavia, que respostas poderá dar o geógrafo a essas questões enquanto:

1º) Considerar, nesse relacionamento, o homem como categoria genérica e não sob relações sociais determinadas que dão ao processo de produção um significado específico, com finalidades que não são ditadas pelo relacionamento homem-natureza, mas pelo modo de produção?

2º) Considerar a natureza como "meio ambiente" genérico e não como o *locus* produzido e condição de re-produção da sociedade? (Marx 1971:203-205).

Ora, a natureza não é um elemento a-histórico, mas, ao contrário, tem o seu significado determinado historicamente pelo modo de produção e poderá ser vista como um valor de uso, se olhada por um indígena xavante ou considerada um capital, sob a ótica de um empresário paulista.

É fundamental ter em conta essa distinção se quisermos compreender a imbricação das relações homem-natureza/homem-homem. É importante ressaltar também que, no caso das formações sociais capitalistas, a relação homem-natureza não se efetua primordialmente em função da produção social da existência do homem. Esta, embora uma condição necessária, como em qualquer outro modo de produção, apresenta-se subordinada aos interesses da acumulação do capital⁶.

Esta é a questão básica que deve nortear os trabalhos daqueles geógrafos que pretendem enveredar numa perspectiva "ecológica": observar criticamente a situação do inter-relacionamento homem-natureza, indo às estruturas que determinam esse tipo de relação.

6. Sobre esta questão, ver o excelente artigo de Luiz B. L. Orlandi, *Estratégia de Produção Dominante: Esboço de uma Questão*.

Logo, deverá procurar através dessa perspectiva dar conta da "paisagem" que é, na verdade, a aparência que assume a organização do espaço.

Uma última questão deve ser ainda colocada: A partir do momento em que os homens se organizam socialmente não é mais possível fazer-se uma rígida separação entre história da natureza e a história da sociedade, pois estas se imbricam, dando origem a uma só história. A própria natureza passa a ser produzida socialmente, constituindo uma *segunda natureza*, tal como Marx desenvolve no livro I de *O Capital*. Cremos, portanto, ser inteiramente correto dizer-se, como o faz Samir Amin, que "a História da humanidade é a do modelamento da natureza pelo homem" (Amin 1976), ou seja, a construção do seu espaço social.

Eis as pistas que acreditamos úteis à elucidação da crise da geografia, na medida em que possibilitem a elaboração de uma geografia da crise, engajada com a sua superação e comprometida com a afirmação de uma teoria do espaço que seja *do e para* o homem e não com o espaço da sua opressão. Nessa perspectiva, a crise da geografia é, pois, altamente instigante e salutar!

Se a geografia está em crise, viva a geografia!

Referências bibliográficas

- Amin, S. Os problemas do ambiente na África. *Cadernos de Ecologia e Sociedade* 2. Porto, Ed. Apontamento, 1976.
- Andrade, M. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *Boletim Paulista de Geografia* 54, p. 5-28, 1977.
- Lacoste, Y. *A Geografia Serve Antes de Mais Nada para Fazer a Guerra*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
- Macciocchi, M. A. *A Favor de Gramsci*. Rio, Paz e Terra, 1977.
- Marx, K. *O Capital (Crítica da Economia Política)*. Vol. I. Rio, Civilização Brasileira, 1971.
- Marx, K. e Engels, F. *A Ideologia Alemã*. Portugal-Brasil. Editorial Presença — Livraria Martins Fontes, 1976.
- Orlandi, L. B. L. Estratégia de produção dominante: esboço de uma questão. *Classes Sociais e Trabalho Produtivo*. Rio, Co-Edições CEDEC-Paz e Terra (especial), 1978.
- TAAFFE, E. A visão espacial em conjunto. *Boletim Geográfico* 247 (outubro-dezembro), 1975.